

Função simbólica e função cognitiva das expressões: considerações a respeito dos atos que conferem significação e atos que preenchem a significação nas Investigações Lógicas de Husserl

Diogo Santos Franco

Orientação: Prof. Dr. Pedro Monticelli

FAPCOM

Resumo: O artigo tem como objetivo esmiuçar os atos que conferem a significação e os atos que preenchem a significação. Estes atos são os fundamentos para que se possa falar em função simbólica e função cognitiva das expressões. As adequações destas funções dão, por consequência, as condições de possibilidade do conhecimento. Fala-se da divisão entre, índices e expressões; o lado físico e lado semântico das expressões; e suas respectivas possibilidades de intuição daquilo que é visado nas significações.

Palavras-chave: Fenomenologia; Significação; Expressão; Conhecimento; Husserl.

Abstract: The article aims to scrutinize the acts that confer signification and the acts that fulfill signification. These acts are the foundations so that one can speak in symbolic function and cognitive function of the expressions. The adequacy of these functions gives the conditions of possibility of knowledge. There is talk of the division between indices and expressions; the physical side and semantic side of expressions; and their respective possibilities of intuition of that which is aimed at significations.

Keywords: Phenomenology; Signification; Expression; Knowledge; Husserl.

1. Introdução

Para que se possa falar com mais propriedade a respeito do conhecimento em Husserl, é necessário falarmos também de linguagem, mais especificamente de semântica, ou seja, dos signos linguísticos e seus respectivos significados. Essa necessidade provém, em certa medida, da possibilidade de adquirirmos linguagem sem ter tido contato com determinado objeto aos quais os signos linguísticos se referem, e da mesma maneira, da possibilidade de adquirirmos contato com determinado objeto sem ter disponível no momento nenhuma linguagem suficiente para enquadrá-lo.

Ora, no cotidiano podemos conversar com nossos colegas e amigos sobre algo com que jamais tivemos contato direto ou indireto, essa conversa será sempre insuficiente, pois, ao não termos o contato com este algo, a conversa será inteiramente formada a partir de opiniões sem bases seguras. De outro modo, quando temos o contato com algo novo e que não temos nenhuma linguagem disponível para enquadrá-lo, estamos estagnados, pois sem os signos linguísticos apropriados não conseguimos pensar ou compreender adequadamente, além, também, da impossibilidade de ser comunicado de maneira cabível. Portanto, segundo Husserl, só há conhecimento quando temos o encontro e, mais acertadamente, a adequação entre conceito e objeto dado na intuição, ou nos termos dele, a adequação da “intenção significativa” com o “preenchimento intuitivo”.

Na primeira parte do presente artigo veremos como Husserl descreve as expressões em sua função apenas no âmbito linguístico, a saber, a sua função simbólica. Em segundo momento, veremos como o filósofo acrescenta ao lado da função simbólica a função cognitiva, isto é, o preenchimento intuitivo. Não nos aprofundaremos no tema dos tipos de preenchimento intuitivo, restringindo-se apenas às características dos “atos que conferem a significação” e as características dos “atos que preenchem a significação” presentes na primeira investigação.

Não entraremos no problema dos graus de preenchimento da significação neste artigo, pois a presente pesquisa está delimitada apenas à primeira investigação. Será feita

pequenas referências à Sexta Investigação Lógica de Husserl apenas para explicar a função de preenchimento.

2. Signos, índices e expressões: as distinções essenciais

No §1 do capítulo 1 da primeira investigação, Husserl já começa a nos apresentar algumas considerações vigentes a respeito dos signos. São três as maneiras de considerar que devem ser evitadas logo de início: tratar os signos e as expressões como sinônimos; tratar os índices como signo lato enquanto a expressão o signo estrito ou índice como gênero e expressão como espécie; e, tratar as expressões como possuidoras de significações apenas na comunicação viva⁴. Com respeito ao conceito de signo e seus correlatos, Husserl diz:

Todo e qualquer signo é signo de qualquer coisa, mas nem todo signo tem uma “significação”, um “sentido” que seja “expresso” com o signo. Em muitos casos, não se pode sequer dizer que o signo “designa” aquilo de que é chamado signo. E, mesmo onde este modo de falar é lícito, é preciso observar que o designar nem sempre pretende valer como esse “significar” que caracteriza a expressão.
5

Notadamente, a primeira distinção referente aos signos e as expressões, se perfaz ao observarmos que na linguagem comum, nem sempre suas ocorrências são equivalentes, isto é, nem sempre os signos e expressões se igualam. Essas diferenciações acontecem pela presença de sentido ou significação⁶ que não se exerce em todos os casos. Portanto, a primeira característica da expressão que Husserl nos apresenta é a significação e que não ocorre sempre.

Outro ponto destacado por Husserl ao se referir aos signos é o modo de designação deles. Toda expressão designa algo, mas nem todo índice designa algo. O designar é um modo de apontar para algo propositadamente. É dito índices que contém o designar,

⁴ HUSSERL, E. *Investigações Lógicas: Investigações para a Fenomenologia e a Teoria do conhecimento*. Tradução de Pedro M. S. Alves e Carlos Aurélio Morujão. Rio de Janeiro. Forense Universitária. 2012, p. 21.

⁵ Ibidem.

⁶ Husserl não faz distinção entre *Sinn* (sentido) e *Bedeutung* (significação). Os termos são usados como sinônimos.

os signos que são arbitrários, isto é, os signos que tem o propósito de indicar, seja ela executada eficazmente ou não, como a bandeira de uma nação ou a logomarca de uma empresa. Índices que não designam são aqueles que não tem o propósito de indicar mesmo que indique, como pegadas de um cavalo no meio de uma estrada. Dentre os signos que designam, a função de designar ocorre de maneira diferente, a designação das expressões é exercida por meio da significação, o que não ocorre com os índices.

Considerando que índices e expressões são dois signos diferentes, e que somente a expressão exerce a função de significação, podemos concluir que ao contrário do que é dito na linguagem natural, índices não expressam algo, ou então que índices não significam algo. Mas apesar desse contraste, há um motivo para a existência desse modo de dizer na linguagem comum, esse motivo é porque que na comunicação viva as expressões exercem as duas funções, a de indicação e a de significação, conforme Husserl salienta na passagem a seguir:

Nomeadamente, signos no sentido de *índices* (signos caracterizadores, signos distintivos e outros do gênero) *não expressam*, a não ser que, *ao lado* da função de indicar, preencham ainda uma função de significação.⁷

Portanto, para que se possa dizer que um signo expressa algo, ele deve apresentar a função de significação, e isso pode ocorrer em conjunto ou não com a função de indicação. Mais à frente veremos como é possível ocorrer expressão sem indicação, por enquanto veremos o que Husserl diz sobre a comunicação viva.

Segundo ele, ao levarmos em conta a comunicação viva, é de costume considerarmos os signos linguísticos, por exemplo, a palavra “fumaça”, como índices de modo abrangente e a significação de modo estrito, isto é, o índice enquanto gênero, e expressões enquanto espécie⁸.

Esse modo de tratar surge, como foi dito antes, a partir do fato de que na comunicação viva o significar sempre se apresenta entrelaçado ao indicar, enquanto o próprio signo

⁷ HUSSERL, 2012, p. 21.

⁸ Ibidem.

de indicação aparece em outras ocasiões além da comunicação viva. Entretanto, as expressões e índices não estão em relação de conceitos onde um é mais lato enquanto o outro é mais estrito, mas sim dois signos diferentes. Se considerarmos apenas a comunicação viva, então o índice em relação à expressão toma um caráter mais lato segundo a extensão, pois, como dito, as expressões sempre surgem entrelaçadas ao indicar, enquanto o índice não precisa de um entrelaçamento para aparecer. No entanto, se considerarmos os signos além da comunicação viva, então veremos que não há relação de gênero e espécie, pois, como Husserl nos lembra devemos considerar que a presença da expressão também se dá fora da comunicação viva, a saber, na vida solitária da alma, onde não exercem mais a função de indicação⁹.

A significação não é a função dos signos indicativos, mas sim das expressões. Então, qual a função da indicação? Segundo Husserl no §2 do capítulo 1 da primeira investigação, falamos de índices no mesmo sentido em que falamos de um estigma ser o signo do escravo, e a bandeira o signo de uma nação, e neste caso, segue-se todos os signos aos quais tem como objetivo uma “marca” ou “característica” a ser conhecida por outrem¹⁰. Esses signos envolvem a noção de designar, que como foi dito, não abarca todos os signos chamados de índices. Existe como falamos, casos que ocorre índices sem o designar, como por exemplo, pegadas no chão que podem indicar que alguém passou por ali. Mesmo assim, não são dois signos diferentes, pois envolvem algo em comum:

Neles encontramos, então, como elemento comum, a circunstância de quaisquer *objetos* ou *estado-de-coisas*, de cuja existência alguém tem um conhecimento *atual*, lhe indicarem a *existência de certos outros objetos ou estados-de-coisas*, no sentido de que a *convicção acerca do ser de um é por ele vivida como motivo* (e certamente como um motivo *não intelectual*) para a *convicção ou a suposição acerca do ser de outros*.¹¹

⁹ Ibidem.

¹⁰ Ibidem, p, 22.

¹¹ Ibidem.

Dessa forma, a motivação é o que faz de um signo ser índice, mas Husserl salienta que esta motivação, apesar de não intelectual, só pode ser denominado índice na medida em que exerce sua função de motivação para um ser pensante¹². Vejamos outro exemplo: há um homem andando pela floresta quando se depara com pegadas de um tigre no chão em direção a um arbusto, e por conta do conhecimento atual deste estado-de-coisas o homem é levado a supor a existência de outro estado-de-coisas, isto é, que o tigre está atrás do arbusto, assim, o homem sente medo e sai correndo para o mais longe possível. A suposição do segundo estado-de-coisas (o tigre atrás do arbusto) foi motivada a partir do conhecimento atual de outro estado-de-coisas (as pegadas do tigre no chão), portanto, o primeiro estado-de-coisas é índice para o segundo. Sobre a função de indicação, Carlos Diógenes Cortes Tourinho diz:

Em suma, para Husserl, conforme destacado no §2 do Capítulo 1 da Primeira Investigação, seja em exemplos de designação convencional ou mesmo de fatos naturais, a unidade da função indicativa pode ser descrita como uma “motivação” (*Motivierung*)¹³

Ainda no exemplo de índices e sua motivação acima citado, os atos judicativos “há pegadas no chão” e “há um tigre detrás do arbusto” se encontram em relação de possibilidade. Isso, pois, o segundo ato judicativo é formado a partir de índices que formaram o primeiro ato judicativo, a suposição pode ser confirmada ou negada, por exemplo, poderia haver outro homem utilizando uma pata de tigre falsa e pressionando-a no chão para pregar uma peça naquele que irá visualizar depois. Conforme Sanchez:

A unidade de motivação atua entre os atos judicativos, antecipando, enquanto estrutura noemática de possibilidade, o aparecer de outros estados de coisas. A essência da indicação, portanto, reside na unidade descritiva (*deskriptive Einheit*), proporcionada pela motivação que desponta em meio aos atos judicativos. É interessante que a unidade de motivação (*Motivierungseinheit*), lança no “correlato objectual aparente”, condições de possibilidade de que

¹² Ibidem.

¹³ TOURINHO, Carlos Diógenes Cortes. *Sobre a adequação entre intenção significativa e preenchimento intuitivo nas Investigações Lógicas de Husserl*. *Cognitio: Revista de Filosofia*, São Paulo, v. 16, n. 2, p. 361-374, maio 2016, p. 364.

algo se torne efetivo. A motivação surge a partir do âmbito indicativo e, portanto, pode ser de caráter legítimo ou ilegítimo.¹⁴

A presença de índices entrelaçados às expressões na comunicação viva é constituída na medida que ao depararmos com as expressões (na fala, escrita, libras, etc.), somos motivados a supor outro estado-de-coisas, a saber, as vivências psíquicas daquele que comunica. Por exemplo, ao dizer “fumaça” somos levados a supor que aquele que disse está/estava pensando em fumaça quando a proferiu. Husserl alerta no §6 do capítulo 1 da primeira investigação que tais vivências psíquicas não são aquilo que estão sendo significadas:

Na maioria das vezes, estas vivências psíquicas são designadas como sentido ou significação da expressão, e certamente na intenção de ir ao encontro do que estes termos significam na linguagem comum. Veremos, porém, que esta concepção é incorreta e que, sobretudo para fins lógicos, não basta a simples distinção entre signos físicos [o som, o traço escrito, etc.] e as vivências que conferem o sentido.¹⁵

Em suma, a característica diferenciadora entre índices e expressões se encontra na função de significação. O modo de apontar dos índices são exercidos por motivação, seja por designação ou não, já o apontar das expressões são exercidas sempre por meio da significação.

3. A intenção significativa

Dissemos anteriormente que as expressões estão presentes não apenas na comunicação viva entrelaçados com os índices, mas também na vida solitária da alma. No §7 e §8 do capítulo 1 da primeira investigação, Husserl expõe como as expressões exercem sua função de significação na comunicação viva e na vida solitária da alma respectivamente. Veremos agora como isso acontece.

¹⁴ SANCHEZ, D. G. *Expressão e significação*: Influxos e dissidências acerca da teoria da significação nas Investigações Lógicas de Edmund Husserl. Griot: Revista de Filosofia, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 127-139, 15 jun. 2018, p. 132.

¹⁵ HUSSERL, 2012, p. 27.

Husserl começa a esmiuçar primeiramente as expressões na comunicação viva para que se possa ser levada ao correspondente preenchimento da qual ela é intencionada. Referindo-se às intenções significativas, Husserl diz:

O complexo sonoro articulado (correspondentemente, o signo escrito efetivamente grafado, e coisas semelhantes) só se torna palavra dita, discurso comunicado em geral, porque aquele que fala o produz com o propósito de, por essa via, “se exprimir acerca de qualquer coisa”, em outras palavras, porque, em certos atos psíquicos, ele lhe confere um sentido que quer comunicar ao ouvinte.¹⁶

Dessa maneira, as significações ao contrário do que é de costume considerar, são os meios pelos quais aquele que pretende se comunicar usa, e, para que essa tarefa seja possível, é necessário que haja primeiramente um plano de significações que permita mais de um ser pensante acessar e, além disso, que tenha estrutura psíquica para tornar possível consolidar este ato. Husserl completa:

Esta comunicação, porém, só se torna, então, possível porque aquele que ouve compreende também a intenção daquele que fala. E fá-lo na medida em que apreende aquele que fala como uma pessoa que não produz apenas sons, mas antes *lhe fala*, que, por conseguinte, ao mesmo tempo consome, com os sons, certos atos conferidores de sentido que lhe quer tornar manifestos ou cujo sentido lhe quer comunicar.¹⁷

Portanto, os atos conferidores de sentido ou intenções de significação, é o que faz do lado físico das expressões (o som, o traço escrito, etc.) algo que aponta para uma objetividade. Sem o ato que confere a significação o lado físico será no caso de um som, equivalente ao ruído de uma máquina qualquer, por exemplo. Os atos conferidores de sentido é o que diferencia o som “fumaça” proferido por um ser pensante e do mesmo som proferido por um papagaio. Dessa forma, Tourinho diz:

Compreende-se, assim, quando consideramos a expressão na sua função comunicativa, uma correlação entre o lado físico do discurso (a palavra como simples formação sonora) e os atos que conferem sentido às palavras. O sentido é, por sua vez, considerado como o que é “tido em vista” com a palavra, como o

¹⁶ Ibidem, p, 28.

¹⁷ Ibidem, 28.

que é visado por meio desse signo; assim, segundo Husserl, a expressão dirige o interesse de si própria para o sentido.¹⁸

Dito de outro modo, o lado físico de uma expressão é o meio pelo qual torna possível outro ser pensante ter acesso às significações, que por sua vez, é o meio para designar uma determinada objetividade. Assim, quando um ser pensante exprime “fumaça”, o som é o meio pelo qual a significação é transportada àquele que ouve, para que suas vivências psíquicas sejam também direcionadas a determinada objetividade visada pela intenção de significação de quem a proferiu, isto é, aquela objetividade que chamamos de fumaça. A partir disso Husserl diz:

Aquilo que unicamente torna possível o comércio espiritual, e faz do discurso vinculante um discurso, reside nesta correlação, mediatizada pelo lado físico do discurso, entre as correspondentes vivências físicas e psíquicas das pessoas em comércio recíproco. Falar e ouvir, manifestação de vivências psíquicas no falar e recepção da manifestação das mesmas no ouvir são correlativos.¹⁹

Não nos deixemos confundir, como foi dito anteriormente as expressões podem exercer sua função entrelaçada à função de indicação. Dessa forma, quando algo é expresso, temos acesso às vivências psíquicas de quem exprime, essa função Husserl chama de “manifestação”²⁰. Mas como o acesso às vivências psíquicas são supostas a partir da manifestação e, ao levarmos em consideração a função de índice, logo percebemos que a manifestação não é a significação, e sim um índice para as vivências psíquicas. A significação é o mediador entre as vivências psíquicas e determinada objetividade visada.

Mas se a significação é o mediador, e utiliza o meio físico para ser transportada a outrem, como ela pode ser exercida na vida solitária da alma? Husserl esclarece a questão no §8 do capítulo 1 da primeira investigação. A significação é um apontar, mas diferentemente dos índices, o apontar direciona nossas vivências psíquicas para algo determinado. Desse modo, quando pensamos, pensamos com palavras, e não nos

¹⁸ TOURINHO, 2016, p, 365.

¹⁹ HUSSERL, 2012, p, 28.

²⁰ Ibidem, p, 29.

atentamos para o som imaginado ou o traço escrito imaginado, mas sim diretamente para a referência em questão das palavras. Quando pensamos em “maçã”, não pensamos no som da palavra (por mais que ao pensar seja necessário imaginar o som), mas sim do próprio objeto chamado de maçã. Por conta disso, Husserl diz:

A palavra só cessa de ser palavra aí onde o nosso interesse exclusivo se dirige para o sensível, para a palavra enquanto simples formação sonora. Quando, porém, vivemos na sua compreensão, ela exprime, e exprime o mesmo, seja ela dirigida a alguém ou não.²¹

Chegamos então ao tema da função cognitiva das expressões descrita no §9 do capítulo 1 da primeira investigação intitulado “as distinções fenomenológicas entre aparição física da expressão, ato doador de sentido e ato preenchedor do sentido”. Vejamos como Husserl desenvolve.

4. A intenção de significação e a intenção preenchedora da significação

No §9 do capítulo 1 da primeira investigação, Husserl apresenta com mais detalhes o aspecto físico das expressões, o ato de intenção de significação e o ato de intenção preenchedora da significação se encontram e se desencontram.

Quando nossa atenção se dirige para as expressões enquanto signos constituídos de sentido, para o fenômeno concreto, vemos que elas se desmembram, por um lado, em seu aspecto físico, como por exemplo, o som, e de outro lado, temos os atos que conferem a significação, isto é, que confere ao som um determinado sentido, e, por vezes, os atos que preenchem a significação. Em vista disso, Husserl diz:

Por força destes últimos atos, a expressão é algo mais do que um simples som de palavra. Ela visa a qualquer coisa e, porque a visa, refere-se ao objetivo. Este elemento objetivo pode *ou* aparecer, por força de intuições acompanhantes, como atualmente presente, ou ser, pelo menos, presentificado (por exemplo, em imagens da fantasia). Onde isso acontece, a referência à objetividade é realizada.²²

²¹ Ibidem, p, 30.

²² Ibidem, p, 32.

A partir desse trecho, podemos observar desde já o discernimento entre função simbólica e função cognitiva das expressões. A palavra para ser palavra, visa a algo, ela se refere a uma objetividade, portanto, mesmo que uma expressão se refira a algo inexistente, por exemplo, “quadrado redondo”, a expressão, por mais controverso que possa parecer, ainda é constituída de sentido, pois a expressão visa uma objetividade. Nas palavras de Tourinho: “o objeto expresso através da significação pode ser visado intencionalmente sem estar presente, como ocorre no caso de uma intenção meramente significativa”²³.

Desse modo, a primeiro passo, a função simbólica se exerce na medida em que há som de palavra animada de sentido, ela visa uma objetividade, seja ela existente ou inexistente. Ou como o Husserl diz:

A expressão funciona com sentido, ela é sempre algo mais do que um som de palavra vazio, se bem que lhe falte a intuição fundante que lhe dá o objeto. Nesta medida, a referência da expressão ao objeto está, agora, não realizada, porquanto está encerrada na simples intenção de significação.²⁴

A segundo passo, temos os atos que preenchem a intenção de significação, dando ao lado da função simbólica, a função cognitiva. Utilizando o exemplo anterior, a expressão “quadrado redondo” é impossível de ser preenchida, seja por imagens ilustradoras da fantasia, ou qualquer outro meio, portanto, a expressão exerce sua função simbólica, mas é impossível exercer sua função cognitiva, isto é, de conhecimento. Para que o conhecimento ocorra, é necessário que ao lado da função simbólica, seja exercido o preenchimento intuitivo, isto é, que a objetividade visada esteja dada na intuição e seja passível de ser ao menos presentificada pelas imagens ilustradoras da fantasia. Por exemplo, ao proferirmos a palavra “maçã”, para que ocorra função cognitiva, não precisamos necessariamente, recorrer à maçã como objeto físico presente à nossa visão para que haja conhecimento, a possibilidade da expressão ser preenchida por imagens

²³ TOURINHO, 2016, p, 366.

²⁴ HUSSERL, 2012, p, 32.

ilustradoras da fantasia já executa o primeiro grau de conhecimento que podemos ter. Quanto aos graus de preenchimento intuitivo, Tourinho diz:

Será somente na Sexta Investigação que Husserl assinalará que tal preenchimento intuitivo – que assegura a presença do que é visado pelo ato significativo – assume graus ou níveis crescentes de aumento, inclinando-se para uma plenitude cognoscitiva do que é visado e, portanto, para uma adequação ideal entre o ato que visa significativamente e aquele que o preenche intuitivamente²⁵

Quando referimos aos graus de preenchimento, Husserl expõe com mais detalhes na Sexta Investigação, de preferência nos parágrafos §16 do capítulo 3, e §35 do capítulo 5. Contudo, temos em primeiro grau, a função meramente simbólica, isto é, os atos que conferem a significação, nesse não há nenhum preenchimento intuitivo; o segundo grau, trata-se do ato que confere a significação entrelaçado com o ato de preenchimento intuitivo realizado pela imaginação; o terceiro grau, refere-se além da função simbólica o preenchimento intuitivo realizado pela presença física do objeto, mas como não podemos ter acesso a tridimensionalidade de um objeto físico simultaneamente, o preenchimento é inferior ao quarto grau, que é a presença de objetos ideais, como os objetos da aritmética. Dessa maneira, Tourinho complementa ao dizer que:

Cada preenchimento de atos significativos encontramos um “tornar-se intuitivo” que, por sua vez, é “mais ou menos” completo (*mehr oder minder vollkommene*). Husserl mostra-nos, especificamente no caso da percepção de um objeto, que tal preenchimento impõe-nos gradações, algo da ordem de uma relação de “aumento”, uma vez que, ao atribuir “plenitude” (“*Fülle*”) ao ato, este torna-se intuitivo, assegura a presença daquilo que é visado pelo ato significativo, mas esta presença se faz, gradativamente, em uma série de preenchimentos que aumentam progressivamente o conhecimento do objeto em termos de vivacidade ou riqueza do que é intencionado, confirmando, com isso, em gradações ou níveis crescentes, a realização (ou atualização consciente) da referência objetiva.²⁶

²⁵ TOURINHO, 2016, p, 367.

²⁶ Ibidem, p, 362.

Conforme já declaramos no começo do artigo, não nos aprofundaremos neste assunto, tais considerações de Husserl estão presentes na Sexta Investigação, enquanto que a presente pesquisa está delimitada apenas à primeira investigação.

Ainda no âmbito do conhecimento, a adequação entre função simbólica e função cognitiva se mostram importantes quando nos referimos ao conhecimento dos modos de apresentação de um objeto.

No §12 do capítulo 1 da primeira investigação, Husserl mostra uma distinção importante entre significação enquanto conteúdo e o objeto das expressões, isto é, “distinguímos como aquilo que ela significa ou ‘quer dizer’ e aquilo *acerca de que* ela diz qualquer coisa”²⁷. Husserl explica da seguinte forma:

A necessidade da distinção entre significação (conteúdo) e objeto torna-se clara quando nos convencemos, pela comparação de exemplos, de que várias expressões podem ter a mesma significação, mas diferentes objetos, e, por sua vez, que elas podem ter significações diferentes, mas o mesmo objeto. Ao lado disto, existe, como é óbvio, a possibilidade de que elas difiram em ambas as direções, ou que concordem com ambas.²⁸

Para ilustrar um dos casos em que essa distinção se aplica, recorreremos como Husserl aos nomes. Segundo ele, é possível dois nomes com significações diferentes nomear o mesmo, como por exemplo, *O vencedor de Iena – O vencido de Waterloo*. Cada nome significa um modo de apresentação diferente de um mesmo objeto, isto é, Napoleão Bonaparte.

Assim, enquanto função cognitiva, podemos notar que além dos graus de conhecimentos possíveis ao adequar a intenção significativa com o preenchimento intuitivo, ainda é possível a distinção do conhecimento dos modos de apresentação de um objeto, isto é, é possível ter ciência de um sem ter a ciência de outro. Desse modo, é possível ter ciência de que Napoleão é o vencedor de Iena sem saber que ele é o vencido de Waterloo.

²⁷ HUSSERL, 2012, p, 39.

²⁸ Ibidem.

5. Considerações finais

No Capítulo 2 da primeira investigação, Husserl nos traz algumas considerações sobre os atos que conferem a significação e sua possibilidade de preenchimento. No §17 desse capítulo, Husserl tenta evitar a confusão em que se faz de considerar as imagens ilustradoras da fantasia como as suas significações.

Compreender uma expressão quereria dizer, de acordo com essa concepção, encontrar as imagens correspondentes da fantasia. Onde elas faltassem, as expressões seriam destituídas de sentido. Não raramente, ouvimos estas imagens da fantasia serem caracterizadas como sendo, elas próprias, as significações das palavras; e, decerto, com a pretensão de se ir ao encontro do que, no discurso corrente, se compreende como significação da expressão.²⁹

No entanto, como o filósofo destaca, essa concepção não é de todo errada, porém, ela detém inúmeras limitações que nos forçam a abandoná-la. Em comparação com a doutrina das significações de Husserl, podemos utilizar o exemplo de uma figura geométrica de mil lados, a princípio, a figura seria impossível para a nossa imaginação conceber algo do tipo, isso, pois, nossas capacidades imaginativas têm suas limitações. Porém, sabe-se que poderíamos com a ajuda de um computador ou de um plano físico extenso, desenhar a figura de mil lados, apesar do trabalho que isso iria nos causar. Assim, podemos notar que apesar da figura ser impossível de ser ilustrada pela fantasia, a expressão ainda contém sua significação, a significação não são tais imagens ilustradoras da fantasia.

No §19 do capítulo 2 da primeira investigação intitulado “Compreensão sem intuição”, Husserl tenta mais uma vez dar-nos explicações a respeito da função simbólica. É comum considerar que palavras que não possam ser preenchidas pela intuição correspondente na verdade não são palavras, são sons destituídos de significação. É dito “toda expressão tem um objeto correspondente que pode ser intuído”, mas, como foi dito antes, expressões exprimem intenções de significação, e isso não necessita

²⁹ HUSSERL, 2012, p, 51.

necessariamente de uma intuição correspondente, pois se fosse, nada diferiria entre dizer “quadrado redondo” e o mesmo som emitido por um papagaio. Posso compreender o que “quer dizer” a expressão, apesar da impossibilidade de ser intuída.

No §20 ainda do capítulo 2 da primeira investigação, Husserl tenta antecipar um equívoco possível a partir de suas distinções, isto é, a função meramente simbólica e a função simbólica operando sob conceitos operatórios. Segundo ele, tais funções são totalmente diferentes³⁰.

Para ilustrar Husserl utiliza o jogo de xadrez como exemplo. Segundo ele, os signos em função simbólica operatória funcionam como as peças de um jogo de xadrez, o seu uso é efetuado a partir de regras muito bem definidas que se forem ignoradas comprometem um resultado. Isso não acontece a função meramente simbólica, pois, mesmo que se use os signos linguísticos fora de seu uso convencional, ainda é possível compreendermos aquilo que “quer dizer”, ou seja, podemos captar a intenção de significação.

Além disso, a significação para o ser pensante é ilimitada, os signos linguísticos podem ser combinados à medida que as vivências psíquicas se modificam e em relação às experiências de vida. Já a linguagem robótica, tem sua limitação causada pela necessidade de que haja uma atualização no sistema, e mesmo que essa inteligência artificial tenha a capacidade de aprender, ainda o fará por meio de regras precisas definidas pelo programador.

Conclui-se então, que a função simbólica é constituída pelos atos que conferem a significação, podendo ter ao lado da função simbólica a função cognitiva, isto é, a presença da intuição correspondente em seus diversos graus de preenchimento. O conhecimento, portanto, só é efetuado, quando há adequação entre intenção significativa e preenchimento intuitivo.

³⁰ HUSSERL, 2016, p, 56.

Referências Bibliográficas

HUSSERL, E. *Investigações Lógicas*: Investigações para a Fenomenologia e a Teoria do conhecimento. Tradução de Pedro M. S. Alves e Carlos Aurélio Morujão. Rio de Janeiro. Forense Universitária. 2012.

SANCHEZ, D. G. Expressão e significação: Influxos e dissidências acerca da teoria da significação nas Investigações Lógicas de Edmund Husserl. *Griot: Revista de Filosofia*, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 127-139, 15 jun. 2018. Disponível em: <<https://www3.ufrb.edu.br/seer/index.php/griot/article/view/564/283>> Acesso em: 20 jun. 2018.

TOURINHO, Carlos Diógenes Cortes. *Sobre a adequação entre intenção significativa e preenchimento intuitivo nas Investigações Lógicas de Husserl*. *Cognitio: Revista de Filosofia*, São Paulo, v. 16, n. 2, p. 361-374, maio 2016. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/cognitiofilosofia/article/view/27771/19609>>. Acesso em: 20 jun. 2018